

Emendas orçamentárias são recurso público

» LUCIANO NAKABASHI

Doutor em economia e professor-associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP)

Ao refletir sobre como as emendas parlamentares têm sido utilizadas atualmente, é difícil discordar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspensão das emendas impositivas ao Orçamento da União até que regras de transparência sejam definidas e implementadas. A questão da transparência no uso dos recursos públicos é fundamental para que eles sejam utilizados de forma mais eficiente e evitar desvios.

Cabe lembrar que esses recursos são provenientes de impostos e tributos pagos pelos cidadãos brasileiros, e o mínimo que se espera como prestação de contas é que a sociedade saiba qual o seu destino. Os recursos são dos cidadãos e não dos parlamentares, como parece de acordo com o comportamento de parte deles diante da decisão do STF, só para citar um exemplo.

A transparência não somente inibe a ocorrência de desvios, como propicia a realização de análise sobre a importância do direcionamento dos recursos públicos tanto por parte de analistas quanto pela população brasileira. Em um mundo em que os recursos são escassos e as margens dos gastos discricionários do governo federal são cada vez menores, é essencial que eles sejam direcionados em projetos que tragam maiores retornos para a sociedade brasileira.

Para isso, além da total transparência, seria importante que estudos sobre cada projeto a ser financiado pelas emendas do Orçamento fossem realizados de forma a melhorar o planejamento e a eficiência de tais gastos, pelo menos a partir de um determinado montante. Isso deveria ocorrer em todos os gastos com recursos públicos discricionários de forma a aumentar o retorno social.

Além da falta de transparência, parte da utilização dos gastos provenientes das emendas ocorre mais para maximizar a chance de reeleição dos parlamentares e de outros políticos próximos do que para melhorar o retorno social no médio e longo prazos. Não é difícil imaginar tipos gastos que são notados pela população — trazem maior capital político e chances de reeleição —, mas que não são os melhores destinos de tais recursos.

Por exemplo, por mais que seja enfatizado atualmente, a construção de uma escola ou



hospital não é, necessariamente, a melhor forma de utilização dos recursos públicos. É preciso analisar a real necessidade dessa construção e lembrar que é preciso professores, médicos, enfermeiros, entre outras necessidades para manutenção dessas instituições que geram gastos recorrentes.

Feita essa análise, é preciso comparar com o retorno e a necessidade de outros tipos de gastos. Outro ponto relevante é que, com as emendas, o Poder Legislativo vem se tornando, cada vez mais, um executor de políticas públicas, tomando espaço que cabe ao Poder Executivo.

De forma geral, a total transparência é algo que deve ser buscado no uso de todos os recursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Precisamos reduzir as brechas da ineficiência e corrupção existentes em nosso sistema de gastos público e eleitoral. Também precisamos de mais estudos para que os recursos públicos sejam alocados de forma mais eficiente para trazer maiores benefícios sociais, com ênfase na redução da desigualdade de renda e da pobreza.

Esses dois objetivos deveriam estar entre as prioridades das políticas públicas; claro que com a realização de estudos sobre o impacto dos gastos e sobre os tipos de políticas adotadas para redução da pobreza e desigualdade de renda. Outro ponto fundamental é analisar e implementar políticas que aumentem a produtividade do trabalho, melhorem a infraestrutura de transporte e comunicação e que induzam investimentos privados.

Precisamos avançar em termos econômicos e sociais para reduzir o sofrimento e as dificuldades que grande parte da população brasileira enfrenta todos os dias. O problema para isso reside muito mais em melhorar a eficiência na alocação dos recursos públicos do que em sua elevação. Os limites para o aumento dos gastos públicos estão cada vez mais evidentes, e precisamos mudar o discurso e a mentalidade sobre o uso e alocação desses recursos. As regras atuais das emendas orçamentárias vão em sentido contrário a esses objetivos, e a decisão do STF foi, portanto, acertada.

Quem tem medo da inteligência artificial?

» VANESSA ROSA

Artista multidisciplinar especializada em colaboração humano-inteligência artificial

Se você vive em uma grande cidade e está conectado à internet, a inteligência artificial (IA) já faz parte da sua rotina. A onipresença da IA reflete sua rápida integração em praticamente todos os aspectos da sociedade. Desde algoritmos que personalizam nossas experiências on-line até sistemas de reconhecimento facial, a IA está silenciosamente moldando o mundo ao nosso redor.

A regulamentação das empresas de tecnologia e novas políticas sociais são essenciais, mas complexas. Discussões como a da renda básica universal ganham força à medida que a automação ameaça empregos. Enquanto governos e corporações debatem o assunto, educar-se sobre as tecnologias que moldam nosso futuro pode ser a melhor escolha para os cidadãos comuns.

Mas afinal, o que é inteligência artificial? Em sua essência, é a simulação de processos de inteligência humana por sistemas computacionais. Isso inclui aprendizagem, raciocínio e autocorreção. O aprendizado de máquina, subconjunto da IA responsável pelo boom tecnológico que vivemos, utiliza modelos estatísticos e probabilísticos para encontrar padrões em grandes conjuntos de dados, permitindo que sistemas façam previsões ou decisões sem serem explicitamente programados para uma tarefa específica.

Dentro desse campo, as redes neurais artificiais se destacam como uma abordagem particularmente poderosa: inspiradas na estrutura do cérebro, elas podem modelar relações extremamente complexas entre dados. Um modelo de IA, nesse contexto, refere-se a um programa de computador treinado em um grande conjunto de dados para realizar uma tarefa específica. Nos últimos anos, testemunhamos o surgimento de modelos multimodais capazes de lidar com texto, imagens e outros tipos de dados simultaneamente.

Apesar de seus avanços, as limitações da IA incluem a possibilidade de gerar informações incorretas ou tendenciosas, além de não entender o contexto ou a causalidade como os humanos. No entanto, muitas dessas falhas estão sendo superadas rapidamente, e diferenciar conteúdo criado por IAs daquele criado por humanos está cada vez mais difícil.

A criação híbrida, onde humanos colaboram com IAs, é realidade em muitos campos. Artistas usam IA para criar aplicativos sem programação, enquanto programadores exploram seu lado criativo. Novas profissões estão surgindo, como engenheiros de prompt, que criam instruções para IA, e curadores, que refinam resultados gerados por máquinas.

Em breve, a criação híbrida com humanos controlando IAs será comum, resultando em uma explosão de conteúdo. A quantidade de informações será tão vasta que processá-las será um desafio constante. Nesse cenário, o trabalho humano se concentrará em treinar e orientar IAs, criando uma simbiose entre inteligência humana e artificial.

Para aqueles que desejam aprender mais sobre IA, há inúmeros recursos disponíveis, como cursos on-line e artigos científicos, como *Attention is all you need* e *ImageNet classification with deep convolutional neural networks*, além de livros, como *The master algorithm* e *Life 3.0*, e canais do YouTube, como 3Blue1Brown e Two Minute Papers. Sobre questões filosóficas, temos os clássicos *Gödel, Escher, Bach*, de Douglas Hofstadter, e *Mind children*, de Hans Moravec.

É importante destacar que o Brasil tem potencial significativo neste setor. Temos pesquisadores e empreendedores brasileiros fazendo contribuições importantes, como Apolinário Passos, artista e engenheiro de aprendizado de máquina aplicado à arte, e Nina da Hora e Silvana Bahia, que têm feito um trabalho notável na interseção entre IA e ética. Universidades brasileiras também têm grupos de pesquisa de ponta em IA, como o C4AI, da Universidade de São Paulo (USP), e o Laboratório de Sistemas Inteligentes da Unicamp.

Para que o Brasil aproveite plenamente as oportunidades oferecidas pela IA, é crucial que haja um debate público sobre o tema. Isso requer não apenas a participação de especialistas técnicos, de elaboradores de políticas públicas, empresários, educadores e cidadãos em geral. Um exemplo é o Projeto de Lei nº 2.338, em debate no Congresso, que visa regular o desenvolvimento da IA no Brasil, estabelecendo diretrizes éticas e protegendo os direitos dos cidadãos. Alinhado com tendências internacionais, como o AI Act, da União Europeia, o PL categoriza sistemas e impõe requisitos mais rigorosos para aplicações de alto risco.

Regulamentar a IA é um desafio em constante evolução. As políticas públicas precisam ser flexíveis para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais. A mídia tem papel essencial em promover o diálogo entre especialistas, legisladores e cidadãos. Esse debate contínuo é essencial para equilibrar inovação e proteção de direitos individuais. À medida que a IA se torna cada vez mais presente no cotidiano, é imperativo que a sociedade brasileira permaneça engajada nesse debate, contribuindo para a formação de políticas públicas robustas e equilibradas que possam maximizar os benefícios da IA enquanto mitiga seus riscos potenciais.

Ter medo da IA faz sentido, mas buscar conhecimento é a melhor resposta. Ela já está transformando nossas vidas e compreendê-la nos permite não apenas nos adaptar, mas também moldar seu desenvolvimento em benefício da sociedade. O futuro da IA está sendo escrito agora, e todos temos um papel nessa história.

Educação climática: governador de São Paulo vetando o futuro

» DOMINGOS DE JESUS RODRIGUES

Professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e integrante do Centro de Conhecimento em Biodiversidade

Não olhe para cima! Assim nos diz o recente filme *Don't look up*, dirigido pelo Adam McKay, sobre o negacionismo diante da catástrofe iminente. No Brasil, poderíamos acrescentar também não olhe para o agravamento das secas no Pantanal, para as inundações no Rio Grande do Sul, para a desesperadora situação dos outrora pujantes rios amazônicos. Ignorem o perigo de novos surtos de zoonoses, como a hantavírose, que matou várias pessoas inclusive no estado de São Paulo. Ignorem a desertificação na Caatinga e a destruição do Cerrado, nosso berço das águas. Esqueçam as nossas praias e cidades costeiras que estão desaparecendo com o avanço do mar. Finjam que não houve queimadas desenfreadas pelo Brasil este ano, e que elas não afetaram a qualidade do ar e de vida de grande parte da população do país. Nada disso está acontecendo! Foi essa mensagem surreal e irresponsável, digna do filme homônimo de Hollywood, que passou, neste mês, o governador de São Paulo ao vetar um projeto aprovado pela Assembleia Legislativa do estado que previa a inclusão da educação climática nas escolas públicas.

Infelizmente, e fugindo do que se espera com o mandatário do Estado brasileiro com o maior Produto Interno Bruto (PIB), mais industrializado e com o maior número

de cientistas, o governador de São Paulo errou. E errou feio! Conforme os cientistas vêm alertando ao longo das últimas quatro décadas, os desastres naturais no Brasil e no mundo, como enchentes, secas severas e queimadas, são cada vez mais frequentes e intensos, resultado direto das mudanças climáticas. Essas mudanças causam perdas de vidas e prejuízos econômicos gigantescos, fruto do uso equivocado da terra, que aumenta a vulnerabilidade ambiental a tais eventos extremos. As previsões atuais indicam que os eventos extremos irão se tornar "o novo normal", uma realidade imposta pelas mudanças climáticas. Mesmo diante das evidências científicas claras e das catástrofes ambientais cada vez mais frequentes, muitos políticos continuam a ignorar ou mesmo negar o problema. Esse negacionismo sabota a capacidade do país de preparar as futuras gerações para enfrentar esses desafios, além de perpetuar e ampliar a maior crise ambiental e social que nosso país e planeta vivenciou nos tempos históricos.

O veto ao Projeto de Lei nº 80, de 2023, revela um total desprezo pela ciência e pela educação, uma falta de compromisso com a formação crítica dos jovens e um desca-so preocupante com o futuro de São Paulo, do país e do próprio planeta. Ao impedir a

inclusão formal de temas fundamentais, como o aquecimento global e suas consequências, no currículo das escolas de São Paulo, limita-se o desenvolvimento de uma cidadania mais consciente e engajada. Sem compreender a existência e a raiz desses problemas, a próxima geração não é estimulada a pensar em soluções criativas, e muito menos repensar suas atitudes e comportamento como cidadãos.

Esse tipo de postura reflete uma visão limitada, anacrônica e perigosa. Enquanto outros países avançam na conscientização ambiental com ações concretas e discussões nacionais, o Brasil se vê preso a debates retrógrados, ignorando e negando o que está à vista de todos. É um caminho que não só agrava as consequências de desastres futuros, mas também deixará as gerações mais jovens ainda mais vulneráveis.

Será que estamos prontos para assumir o protagonismo nas discussões sobre mudanças climáticas e transição energética? Será que esse tipo de atitude não atrapalha nossa entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)? Está na hora de deixar de lado diferenças mundanas oriundas de cálculos políticos mesquinhos e míopes. É preciso levantar a cabeça e olhar para o futuro. Chega de olhar para baixo e ignorar o óbvio!